UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE PEDAGOGIA

REGINA CELÍ DA SILVA SANTOS

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO ENQUANTO INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO,
LUTA POLÍTICA E CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA**

CARUARU
2022

REGINA CELÍ DA SILVA SANTOS

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO ENQUANTO INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO,
LUTA POLÍTICA E CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo científico, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação

Orientador (a): Maria Joselma do Nascimento Franco

A Educação do Campo enquanto instrumento de emancipação, luta política e constituição identitária

Field Education as an instrument of emancipation, political struggle and identity constitution

Regina Celí da Silva Santos¹

RESUMO: O artigo toma como objeto a “Educação do campo enquanto emancipação, luta política e constituição identitária”. Temos por objetivo compreender de que maneira os movimentos sociais contribuem para que a educação no campo seja um instrumento emancipatório de luta política e de constituição identitária dos sujeitos camponeses. Nessa direção, tomamos como categorias teóricas: Educação do campo e seus sujeitos: construindo caminhos emancipatórios; A formação política no contexto camponês enquanto instrumento de luta e formação identitária referenciada na perspectiva cultural e Relações de poder entre a gestão municipal e os movimentos sociais: quando a hegemonia do poder se disfarça de povo em meio a população. Do ponto de vista metodológico partimos de uma abordagem qualitativa. O procedimento para produção dos dados foi a análise documental e a entrevista semi-estruturada. Os participantes foram o presidente e o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dois professores atuantes na educação do campo e pertencentes ao Sindicato dos Professores. Os achados da pesquisa apontam que quanto indicação nos marcos regulatórios da Educação do Campo, dos instrumentos de formação dos seus sujeitos, estes são: o apoio pedagógico aos estudantes, uma infraestrutura adequada, os recursos didáticos e a conteúdos que dialoguem com as singularidades e cultura camponesa. Quanto as contribuições dos Movimentos Sociais camponeses na formação emancipatória, a luta política e cultural dos sujeitos, temos que: os movimentos sociais não têm contribuído para que a Educação do Campo valorize os conhecimentos do território e possa quebrar o paradigma da educação urbanocêntrica, o que mostra que nem os instrumentos presentes no marco regulatório e nem mesmo as contribuições dos Movimentos Sociais na perspectiva da formação emancipatória estão presentes no cotidiano das escolas do território. Nesta perspectiva, urge o trato na valorização da identidade, contemplação da diversidade do campo em seus diferentes aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, na busca pela reconstituição da formação dos sujeitos no território a partir do paradigma da Educação do Campo pautado na classe trabalhadora.

Palavras Chaves: Educação do Campo. Luta política . Emancipação. Identidade.

ABSTRACT: The article takes as its object the "Education of the field as emancipation, political struggle and identity constitution". We aim to understand how social movements contribute to education in the field being an emancipatory instrument of political struggle and identity constitution of peasant subjects. In this sense, we take as theoretical categories: Education of the field and its subjects: building emancipatory paths; Political formation in the peasant context as an instrument of struggle and identity formation referenced in the cultural perspective and Power relations between municipal management and social movements: when the hegemony of power disguises itself as a people among the population. From a methodological point of view we start from a qualitative approach. The procedure for data production was documental analysis and semi-structured interviews. The participants were the president and vice-president of the Rural Workers Union and two teachers working in the education of the field and belonging to the Teachers' Union. The research findings indicate that regarding the indication in the regulatory frameworks of Field Education, of the instruments of formation of its subjects, these are: pedagogical support to students, an adequate infrastructure, teaching resources and content that dialogue with the singularities and peasant culture. As for the contributions of peasant Social Movements in emancipatory formation, the political and cultural struggle of the subjects, we have to: social movements have not contributed to the importance of country education and can break the paradigm of urban-centric education, which shows that neither the instruments present in the regulatory framework nor even the

¹ Graduanda do curso de Pedagogia do CAA. E-mail: regina.celis@ufpe.br

contributions of social movements from the perspective of emancipatory formation are present in the daily life of the schools of the territory. In this perspective, the treatment is urgent in valuing identity, contemplating the diversity of the field in its different aspects: social, cultural, political, economic, gender, generation and ethnicity, in the search for the reconstitution of the formation of subjects in the territory from the paradigm of Field Education based on the working class.

Key Words: Field education. Political struggle. Emancipation, identity.

1- INTRODUÇÃO

A educação no Brasil desde o princípio apresenta problemas econômicos e estruturais e se sucedeu de forma excludente. Tendo início no período colonial, é “[...] com a chegada do elemento europeu a terras brasileiras que essa situação inicia-se” (SOUZA, 2018, p. 1). A partir desse choque cultural, onde apenas aquilo que vinha do exterior era valorizado e considerado a educação tomou forma trazendo consigo as marcas da colonização. Em nossa sociedade a educação não é vista como uma prioridade ou algo que tivesse relevância para as classes economicamente desfavorecidas. Não é por acaso que enfrentamos problemas estruturais que afetam principalmente as escolas rurais até o tempo presente. Por anos a educação no campo vem sendo tratada numa perspectiva subalternizada, relegando seus sujeitos, sua cultura e modo de vida.

A Educação no Campo, tratada no contexto brasileiro historicamente enquanto educação rural se constitui na contemporaneidade enquanto uma modalidade da educação brasileira desenvolvida nos espaços rurais e urbanos. E sua proposta de Educação enquanto educação rural, se baseou na concepção da educação urbana tradicional, pois buscou se pautar nas peculiaridades do ensino para a população urbana. Quando na concepção da Educação no Campo enquanto paradigma, que se define como “[...] prática social que não se compreende em si mesma e nem apenas a partir das questões da educação, expondo e confrontando as contradições sociais que a produzem.”(CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO, FRIGOTTO, 2012, p. 265), esta educação busca estabelecer um vínculo maior entre os produtores rurais e as escolas, buscando uma forma de ensino e aprendizagem condizente com os valores e práticas peculiares ao campo e reconhecendo a diversidade, mirando a realidade deste e ressignificando as diversidades locais.

No decorrer da história, a concepção de Educação do Campo vem tomando espaço a partir dos Movimentos Sociais que viu a necessidade de uma educação voltada e pensada para a população do campo e com ela produzida. Esta emerge como uma proposta de resistência, que mostra quem são esses sujeitos, buscando promover suas identidades e seus valores, lutando para que seus processos formativos contemplem a realidade e necessidades dos estudantes camponeses.

A partir da década de 1990, iniciou-se a construção da proposta de Educação do Campo pelos Movimentos Sociais, assim, a expressão Educação do Campo é recente, o seu principal berço de origem é a luta pela terra, empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Brasil ainda tem muito o que caminhar para efetivar a concepção de Educação do Campo e conseguir superar os desafios referentes a ela.

A escolha do objeto “Educação do campo enquanto emancipação, luta política e constituição identitária”, justifica-se pela **relevância pessoal e profissional**, fortemente influenciada pelo nosso contato com educadores e pesquisadores da Educação no Campo no curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por ter estudado e trabalhar em escolas da área rural e pelas discussões a respeito da Educação do Campo, as parceiras de trabalho e dos meus professores na graduação, além de ter sido um constante movimento formativo em minha trajetória como pessoa e professora, o que nos move a buscar aprofundar estudos entorno deste objeto.

O objeto é rico, ganha ressignificação em nossa trajetória formativa e por isso transforma-se em alvo de investigação, exigindo discussões e comprometimentos por parte dos pesquisadores, sendo a universidade e os Movimentos Sociais os possibilitadores de acesso aos conhecimentos do e no campo, o que justifica sua relevância acadêmica.

O estudo apresenta ainda **relevância social**, pois é um objeto que emergiu dos Movimentos Sociais camponeses, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social, tendo muito a contribuir para sociedade camponesa.

Sabendo que,

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (FERNANDES, 2008, p. 23).

A concebemos enquanto prática social que não pode ser cópia daquilo que é feito nas instituições urbanas, mas uma construção que acolha os sujeitos do campo e valorize suas lutas, seus saberes e sua cultura. A finalidade da escola no território camponês vai além da instrução, ela se torna parte da comunidade, pois, reflete a cultura do campo, que reconhece e ajuda a fortalecer os povos enquanto sujeitos ativos que podem construir uma sociedade mais justa, caminhando junto à comunidade e seus membros enquanto autores/autoras de uma educação voltada a real necessidade e as lutas do seu povo.

A partir do exposto, passaremos no item a seguir a buscar os estudos no território que pautam nosso objeto de estudo, na perspectiva de validarmos a necessidade de validarmos o seu desenvolvimento.

1.1.As pesquisas correlatas: uma aproximação entre o objeto de estudo e as produções acadêmicas no território

Para avançarmos na perspectiva das produções que se aproximam do nosso objeto “Educação do campo enquanto emancipação, luta política e constituição identitária”, no período de 2014 – 2021, nos contextos epistêmicos do Repositório Digital da UFPE – ATTENA, dos Anais do IV seminário de educação matemática nos contextos da educação do campo (2015) e das produções publicadas no periódico Debates Insubmissos. A escolha dos contextos de produção do conhecimento se justificam por serem territórios de produção do conhecimento legitimador do paradigma da Educação do Campo no Agreste de Pernambuco, com repercussão nacional em torno das temáticas da Educação do Campo, o recorte temporal é justificado pelo fato de ser a UFPE e sua produções na região que veem fundamentando, junto aos movimentos sociais, neste tempo o trato com o paradigma de Educação do Campo, seja na esfera acadêmica ou mesmo formativa.

Nesta perspectiva os estudos recentes sobre a educação no campo, referenciados nestes contextos apontam para 17 produções nos gêneros:12 artigos, 4 relatos de experiência e 1 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), conforme segue:

Quadro constituído a partir das pesquisas correlatas nos contextos epistêmicos indicados.

Título	Autor (es)	Ano	Tipo de Produção	Resumo	Aproximação com a pesquisa	Contexto epistêmico
A mulher dentro dos movimentos sociais do campo:emancipações em disputa na construção do protagonismo.	Allene Lage	2018	Artigo	O projeto tratou dos fenômenos inerentes às questões da mulher dentro dos movimentos sociais do campo, os processos sociais de (in)visibilização e as estratégias de luta adotadas pelas mulheres dentro dos movimentos sociais.	O trabalho se aproxima com o presente trabalho pois em sua pesquisa aborda os movimentos sociais do campo e as experiências dessas mulheres dentro desses movimentos sociais, onde são colocadas em uma luta por emancipações cotidianas, onde se constroem personagens principais nas lutas por seus direitos e cidadania.	Revista Debates Insubmissos
A luta pelo direito à educação do campo	Maria Elizabeth Souza Gonçalves,	2019	Artigo	O estudo buscou identificar desafios que se impõem ao direito das meninas quilombolas de	Os resultados encontrados na pesquisa, se relacionam com a pesquisa presente pois expõem que garantir o direito à educação de	Revista Debates Insubmissos

de qualidade das meninas quilombolas	Luciano Ventim Bonfim			ter educação do campo de qualidade e teve como espaço a comunidade quilombola de Lage dos Negros, no município de Campo Formoso, Bahia.	qualidade não é apenas disponibilizar espaços e para alcançar uma emancipação é necessário um diálogo com a cultura e as experiências vivenciadas pelas meninas quilombolas.	
Educação popular como teoria e prática da educação do campo: diálogos com Paulo Freire	Maria Socorro Silva	2021	Artigo	O trabalho busca a exposição da concepção de Educação Popular (EP), enquanto teoria e prática da educação que toma a realidade social como conteúdo pedagógico a serviço da emancipação humana e da transformação das relações assimétricas existentes na sociedade.	Achega-se com o a temática estudada pelo presente estudo pois é exposto que a Educação do Campo é um movimento de luta e o protagonismo dos movimentos sociais é fundamental para o fortalecimento dessa busca por igualdade social diálogo com as teorias libertadoras de Paulo Freire.	Revista Debates Insubmissos
A (des)construção da prática pedagógica na educação do campo: o diálogo entre o saber popular e o científico	Conceição Clarette Xavier Travalha, Leila de Cassia Faria Alves	2018	Artigo	O objetivo do texto foi refletir acerca do diálogo entre a ciência oficial constituída e os saberes populares a partir da descrição de uma prática pedagógica construída numa escola do campo.	O trabalho relaciona-se com o presente estudo pois discorre a existência de uma hierarquia de conhecimentos e que para conseguir uma superação é necessário considerar o contexto onde está os estudantes e a comunidade escolar.	Revista Debates Insubmissos
Educação popular, saberes tradicionais e debates insubmissos: um diálogo com Carlos Rodrigues Brandão	Valéria Oliveira de Vasconcelos, Renata Evangelista Oliveira	2021	Artigo	Este texto traz uma entrevista dialogada com Carlos Rodrigues Brandão, sobre a relação entre a Educação Popular com os saberes tradicionais e populares, com o campo e o rural, e sobre os múltiplos desafios que os dias atuais apresenta advindos com a Pandemia.	O trabalho dialoga com o aqui presente porque apresenta a educação popular, uma educação do povo e para o povo. Discutindo a relação entre a Educação Popular e os saberes tradicionais e populares e sua relação com o campo.	Revista Debates Insubmissos
Educação do campo e pesquisa: contribuições e prática docente mediadora na emancipação dos sujeitos camponeses	Maria Joselma Nascimento Franco, Mônica Batista da Silva	2019	Artigo	O trabalho trata das relações entre Educação do campo, pesquisa e prática docente no contexto camponês. Tendo por objetivo analisar que relações os professores do território camponês, fazem entre a Educação do Campo e a pesquisa, enquanto alimentadoras de sua prática docente, rumo à educação de qualidade social, mobilizadora da emancipação dos sujeitos.	O trabalho se constitui como contexto epistêmico ao ressaltar a pesquisa e a criticidade no fazer docente que alimenta para uma educação de qualidade capaz de emancipar os sujeitos, reconhecendo os valores camponeses e sua realidade.	Revista Debates Insubmissos
Educação do campo e escola pública: experiência e resistência	Maria Antônia de Souza, Rosana Aparecida da Cruz	2018	Artigo	A pesquisa busca analisar a escola pública tomando como referência os princípios da Educação do Campo e destacar experiências de resistência à concepção hegemônica de sociedade e de educação.	Há a aproximação com o objeto de estudo pois buscou experiência e resistência no processo de ensino e aprendizagem voltado para a transformação social do povo camponês.	Revista Debates Insubmissos

A educação do campo como modo de resistência à investida neoliberal: relato de experiência de um fazer escola no assentamento do MST	Marcia Roxana Cruces Cuevas, Maria de Fátima Miguel Ribeiro	2021	Relato de Experiência	O trabalho busca analisar as práticas de resistência de educadores e educandos da EEEF “Paulo Damião Tristão Purinha”, do assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, no município de Linhares no estado do ES para dar visibilidade ao processo de afirmação da vida dos trabalhadores em suas atividades de resistência.	O texto se relaciona com a temática estudada ao falar da resistência dos povos camponeses nas suas práticas, destacando a importância das práticas relacionadas com o território.	Revista Debates Insubmissos
A importância da cultura na educação infantil na escola do campo	João Paulo da Silva Barros, José Henrique de Oliveira, Maria Celeste de Souza Silva	2019	Relato de Experiência	O estudo tem como objeto a importância da cultura no contexto da escola do campo. Foi desenvolvido a partir das experiências vivenciadas, através da parceria do Pibid/Capes - UFPE/CAA - Pedagogia em parceria com uma escola pública municipal do campo em Caruaru. Toma como objetivo geral compreender como ocorrem práticas culturais na educação infantil na escola do campo.	O trabalho aborda uma perspectiva cultural que agrega ao estudo presente, pois discorre sobre a valorização dos saberes da comunidade focando além de uma educação de qualidade, mas uma educação com identidade cultural.	Encontro de Socialização do Pibid e da Residência Pedagógica da UFPE
O acompanhamento integral como ação formativa na educação do campo	Iverson Cerqueira da Encarnação, Nadson dos Santos Rodrigues, Rosení Souza Santos, Nilson Antonio Ferreira Roseira	2015	Relato de experiência	O relato tem como tema o acompanhamento de alunos da Educação Básica, visando uma formação integral dos mesmos para além de sua formação escolar e matemática.	Ao tratar uma formação voltada para a integração de um projeto de transformação social onde é integrado escola e comunidade, ressaltando a importância da comunidade para o mesmo. Ao trabalhar nessa perspectiva se relaciona com a temática aqui estudada nesse trabalho.	Anais do IV seminário de educação matemática nos contextos da educação do campo (2015)
Educação do campo: relato de experiência sobre uma visita a uma escola de Pacatuba município de Fortaleza.	Arlane Ribeiro Braga, Bernadete de Souza Porto	2016	Relato de experiência	O trabalho é produto de uma reflexão teórica e prática desenvolvida pela educação do campo, que se deu a partir de uma visita em uma escola do campo localizada no município de Itaitinga, no estado do Ceará.	No relato de experiência é tratado o preconceito e a desvalorização para com a educação do campo e a importância de resistir a essa imposição trabalhando à realidade vivenciada pelos estudantes, o que muito agrega para o nosso estudo.	Encontros Universitários da UFC
Movimentos sociais do campo e educação: reflexões a partir de memórias de resistência e luta	Gênesis Guimarães Soares	2021	Artigo	O trabalho realiza uma breve discussão acerca dos movimentos sociais do campo enquanto organizações que são importantes para a [re]construção de uma educação que abarque a diversidade presente no campo.	O artigo tem grandes relações com a presente pesquisa, pois discorre a relevância dos movimentos sociais e suas memórias de luta sobretudo para que a educação seja de qualidade e visando o benefício do sujeito camponês.	Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais
Mais uma salva de tiros na guerra	Filipe Gervásio Pinto da Silva, Janssen	2019	Artigo	O artigo construiu uma reflexão sobre o panorama que se apresenta à Educação do	O artigo é usado como contexto epistêmico por apresentar as guerras paradigmáticas presente na educação do campo, sobretudo no	Revista de Administração Educacional

paradigmática da educação do campo	Felipe da Silva			Campo no Brasil, tendo como pano de fundo econômico e pedagógico o cenário nacional e internacional que circula a atual tensão paradigmática em torno desta modalidade educacional.	currículo. Entendendo que a educação campesina tem uma gama de saberes que se articulam com o contexto da comunidade campesina.	
Tecendo saberes e práticas no aprender docente do campo: olhares, diálogos e interações do Pibid Diversidade	Maria Socorro SILVA	2018	Artigo	Este artigo tem como finalidade relatar e refletir sobre a vivência do Pibid Diversidade numa perspectiva de diálogo entre o ensino, a pesquisa e a extensão nas Escolas de Educação Básica do Campo do Cariri Paraibano.	Tomamos como contexto epistêmico pois o texto busca uma formação crítica, intercultural e contextualizada capaz de desenvolver um trabalho na educação do campo que possibilite uma valorização da realidade dos estudantes.	Revista interterritórios
Pesquisa (auto)biográfica e narrativas formativas: itinerários descolonizadores	Jaqueline Barbosa da Silva, Samanta Gabriely Alves dos Santos	2022	Artigo	Este artigo busca partilhar o panorama da pesquisa (auto)biográfica, ampliando para as narrativas formativas de pedagogos(as) que atuam no espaço não escolar.	Foi tomado como contexto epistêmico pois aponta para uma formação descolonizadora que almeja a formação humana baseada na prática libertadora, conscientizadora e transformadora.	Revista Debates Insubmissos
Educação campesinato: resistência e territorialização do jovem do campo	Angelita Zimmermann, Ane Carine Meurer, Tania Micheline Miorando, Gabriela Simonetti Rossato	2021	Artigo	O trabalho busca socializar o resultado de um projeto de extensão, que objetivou compreender as transformações na (re)produção da vida dos egressos da Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Três Vendas/RS, Brasil, e da Casa Escola Agrícola Campo Verde/Póvoa do Varzim, Portugal.	Tomamos como contexto epistêmico pois o projeto desenvolvido valoriza e reconhece os conhecimentos do sujeito do campo, ressaltando a necessidade de uma educação que se interliga com o território e fortaleça a luta campesina.	Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul
A educação rural nos subterrâneos da educação do campo: uma análise das práticas pedagógicas das escolas do campo em Pernambuco	Jéssica Rochelly da Silva Ramos	2014	TCC	Visa compreender o estudo das concepções político-pedagógicas dos docentes que atuam na escola do campo em Pernambuco a fim de compreender o quanto de Educação Rural as Escolas do Campo ainda carregam em suas atividades pedagógicas.	A seguinte dissertação dá conjuntura ao presente trabalho ao pensar em uma escola do campo e os sujeitos que dela participam, construindo caminhos que valorize os saberes e atenda suas necessidades, formando assim sujeitos capazes de se emanciparem.	Repositório Digital da UFPE – ATTENA

Fonte: Quadro produzido pelas autoras a partir do levantamento das produções nos contextos epistêmicos anunciados (Out. 2022).

Diante do exposto, temos que a produção de Lage (2018) se aproxima com nosso objeto na medida em que sua pesquisa aborda os Movimentos Sociais do campo e as experiências dessas mulheres dentro dos Movimentos Sociais, em que são colocadas em lutas por emancipação cotidiana, tornando-as personagens principais nas lutas por seus direitos e cidadania.

O artigo de Soares (2021) tem grandes relações com a nossa pesquisa, pois discorre sobre a relevância dos Movimentos Sociais e suas memórias de luta, sobretudo para que a educação seja de qualidade e visando o benefício do sujeito camponês.

Os resumos e relatos de experiência acima mencionados explicitam a Educação do Campo materializada na contemporaneidade, em que destaca Ramos (2014) que buscou investigar as concepções político-pedagógicas que norteiam a prática pedagógica dos docentes na Educação do Campo, analisando, nas práticas efetivadas, as concepções pedagógicas dos docentes que atuam na escola do campo em Pernambuco, especificamente no Município de Brejo da Madre de Deus – PE.

Lage (2018) que em sua escrita reúne os resultados do projeto de produtividade científica “A mulher nos movimentos sociais do campo. Identidades, saberes de luta e educação.” Um estudo comparado entre as mulheres do Movimento Sem Terra e as do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, financiado pelo CNPq

Nesta perspectiva Lage (2018) tomou como questão de pesquisa: De que maneira os movimentos sociais contribuem para que a educação no campo seja um instrumento emancipatório, de luta política e de constituição identitária dos sujeitos do campo?

Os resultados mostram que as pesquisas correlatas inerentes a Educação do Campo, a partir do nosso objeto de estudo “Educação do campo enquanto emancipação, luta política e constituição identitária”, têm relação com o nosso objeto quando apontam para o reconhecimento e o protagonismo dos Movimentos Sociais na constituição da Educação do Campo evidenciando a importância de uma educação voltada para o povo camponês em que possa valorizar os saberes e o território ao qual estes/as pertencem. No entanto, as produções não se aproximam do nosso objeto de estudo, visto que ainda nos encontramos interessados em saber como os Movimentos Sociais atuam na realidade para que a Educação do Campo, se materializa na sociedade, melhor dizendo, seja uma educação de qualidade socialmente referenciada e capaz de mobilizar os sujeitos para uma transformação social, o que justifica a necessidade de fazê-la.

2. TEMÁTICAS DE ESTUDO

2.1 Educação do campo e seus sujeitos: Construindo caminhos emancipatórios

A educação no campo surgiu a partir das lutas dos camponeses por uma educação de qualidade social que assegure suas identidades e territorialidade por isso, quando se fala em educação do campo é impossível não pensar em lutas sociais e ver os trabalhadores rurais como protagonistas. Ela é fruto do povo, não foi construída por iniciativa de gabinetes ou aprovação da elite. Nesta perspectiva a Educação do Campo

[...] nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO, FRIGOTTO, 2012, p. 259)

Conforme os autores, a Educação do Campo não é apenas uma educação contrária a educação urbana, ela é um grito por reconhecimento, por direito, constituição identitária e de reconhecimento do seu próprio território e da sua cultura. Ela se materializa como uma crítica a imposição educacional padrão da elite que não leva em consideração as especificidades desses sujeitos, seus nomes, seus rostos, suas dores, sua história e lutas. “A Educação do Campo compreende dentro de suas características, o direito a uma educação voltada para as realidades e contextos dos povos camponeses, contemplando e valorizando os aspectos culturais, econômicos, sociais e religiosos.” (LIMA SILVA, p.2)

Portanto, enquanto parte da Educação do Campo “[...] uma escola do campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população.” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p.52). Sendo assim, um território de disputa contra a hegemonia estabelecida pela burguesia contribuindo para a construção da identidade camponesa e emancipação dos sujeitos do campo.

Os sujeitos do campo são concebidos enquanto

[...] os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. (BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010)

Estes sujeitos compartilham das mesmas ideias, interagem em união, com sentimento de coletividade e grupo, reconhecendo o lugar a que pertencem e sua identidade,

buscando mudanças e transformações. Nesta perspectiva, há “um sentimento que move os sujeitos a defender as suas ideias, recriar formas de convivência e transmitir valores de geração a geração.” (BRASIL, 2004, p. 36). Esse sentimento de coletividade impulsiona esses sujeitos lutarem por melhoria e trazer emancipação para os camponeses.

Enquanto sujeito coletivo transformador, real e marcado pelas experiências de lutas, o movimento social é o único sujeito social capaz de desqualificar a atividade do Estado-juiz em sua ação de decidir o conflito como caso individual. Para que tal desqualificação se produza, o conflito deve ser libertado do processo judicial estático, com a proposição pelos movimentos sociais de ações externas ao Judiciário que requalifiquem o conflito, devolvendo-o para a realidade, por meio de marchas, manifestações de rua e vigílias durante os atos processuais. (CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO, FRIGOTTO, 2012, p. 729)

O sujeito camponês encontra nos movimentos sociais o fogo que alimenta seus interesses, suas lutas. E assim como os movimentos sociais o sujeito do campo se define como seres de luta, que defendem sua cultura e identidade e busca transformar e agir na sua realidade.

Muitos valores culturais da educação no campo a tempos vêm sendo esquecidos com a hegemonia e a imposição cultural de outras classes. Valores como a emancipação, justiça, igualdade, liberdade e respeito precisam ser revistos na construção e formação de camponeses e camponesas engajados em construir um futuro melhor para as novas gerações.

Falar de emancipação é falar de educação e política. Pois é através da educação que os sujeitos podem se emancipar, mediante uma luta libertadora por transformação social, que ~~que~~ “só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e os opressores” (FREIRE, 2002, p. 30). Sendo assim, essa tarefa humanística de libertação só será possível a partir da própria reconstrução humana desses sujeitos oprimidos. Segundo Freire (1986),

Mudamos nossa compreensão e nossa consciência à medida que estamos iluminados a respeito dos conflitos reais da história. A educação libertadora pode fazer isso – mudar a compreensão da realidade. Mas isto não é a mesma coisa que mudar a realidade em si. Não. Só a ação política na sociedade pode fazer a transformação social, e não o estudo crítico em sala de aula (p. 207).

Para ser capaz de desenvolver uma consciência capaz de nos libertar, precisamos estar conscientes da história e da nossa realidade, saber quem somos e onde estamos. O sujeito toma consciência a partir do conhecimento de sua história e nas relações com o outro, pois ele irá conseguir se enxergar e entender o mundo para que possa transformar a sua realidade.

Freire concebe a educação como um ato político, pois a considera enquanto um projeto social. Compreende a educação como um ato político que leva em consideração a ação cultural para a libertação, produzindo-se um projeto de intervenção no mundo. De acordo com Freire (1979), “a educação, como prática de liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade” (p. 34), que envolve a tomada de consciência histórica.

Dessa maneira, os estudantes do campo poderão constituir uma luta libertadora quando seus saberes, sua cultura e história forem inseridos nas práticas pedagógicas, pois assim eles poderão desenvolver uma conscientização sobre si, capaz de se reconhecer, emancipando-se e transformando a sua própria realidade.

2.2 A formação política no contexto campesino enquanto instrumento de luta e formação identitária referenciada na perspectiva cultural

A cultura é de extrema relevância para a sociedade. Willians (1979, p. 113) afirma que cultura “é todo conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e do mundo.” A valorização da cultura, ajuda na formação e no reconhecimento da identidade sociocultural. A identidade não é algo fixo e imutável, ela é algo que se vai construindo ao longo da vida.

[...] toda e qualquer identidade é construída. [...] A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. (CASTELL, 2000, p. 23-24)

A construção da identidade ou das identidades se dão ao longo da existência dos

sujeitos, a partir da interação consigo e com o outro em processos de identificação contínua. A identificação é “construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal” (SILVA, 2000, p. 106). Diante do exposto, compreendemos que a identidade se forma a partir do processo de identificação dos sujeitos com alguns princípios. Nesse sentido, destaca-se também nesse processo, a cultura.

[...] o que significa dizer que devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas. Elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles). (HALL, 1997, p. 26)

As identidades são formadas historicamente, a partir da cultura em que o sujeito está inserido, das suas relações com o outro e das percepções que nós temos do que nos rodeia. Não é possível falar de identidade, se não falar de cultura, pois estas estão interligadas. Nossa identidade surge a partir do pertencimento, pertencimento a um local, raça, religião e etnia

Valorizar a cultura dos sujeitos do campo é integrar a comunidade e gerar um sentimento de pertencimento ao lugar onde se vive e ao grupo em que está inserido, levando o indivíduo a compreender as coisas a sua volta e podendo transformar o mundo ao seu redor.

E a educação é um instrumento que ajuda nessa valorização e reconhecimento de si e do mundo. “A educação é, neste sentido, o processo de humanização, de libertação da realidade de opressão em que se encontram os sujeitos, de violência que desumaniza tanto o oprimido como o opressor” (ALENCAR, p. 24, 2019). É a partir da educação que os sujeitos se humanizam e se libertam, mas para isso é necessário que essa educação contribua para a sua formação identitária, trazendo aspectos importantes como a cultura e a historicidade do meio em que se encontra inserido.

A Educação do Campo, é um produto dos camponeses e um instrumento que ajuda nas lutas e na sua própria formação como sujeito camponês, “feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido”. (CALDART, 2012, p. 261).

O sujeito que conhece sua cultura, se identifica e constrói sua própria identidade é

capaz de enxergar as desigualdades e as amarras que a sociedade impõe para que as classes subalternas permaneçam em submissão ao controle e poder das classes dominantes. Essa hegemonia de poder adentra cada vez mais nas instituições escolares, e podemos perceber que as atividades culturais difundidas nas escolas campesinas não trazem os conhecimentos do campo e pelo motivo de os saberes campesinos serem vistos “como inferiores e folclóricos. Por isto tais saberes não podem ser referências de conhecimentos” (SILVA, 2014, p. 20) o que tem efeitos desastrosos na formação dos educandos que vão perdendo sua identidade e cultura, para que outros saberes sejam reconhecidos como qualidade subjugando cada vez mais os povos campesinos.

Somente com o desenvolvimento da capacidade crítica, reflexiva, os sujeitos conseguirão perceber intenções reais em que determinadas informações são transmitidas. Portanto, é necessário que haja uma formação voltada para a política e na transformação social, de forma que os possibilite a emancipação das amarras dominantes. Para Gadotti, “só uma educação emancipadora poderá inverter essa lógica, através da formação para a consciência crítica e para a desalienação. Educar para outros mundos possíveis é educar para a qualidade humana para “além do capital” (Mészáros)” (GADOTTI, 2011, p. 97). Somente sujeitos com capacidade crítica e autocrítica são capazes de reconhecer a opressão em que vivem e, a partir destas capacidades, poderão de alguma forma, provocar as mudanças sociais necessárias no contexto que estão inseridos.

Com uma formação que se pauta na valorização da cultura dos indivíduos envolvidos, que ajuda os mesmos a se identificarem e se reconhecerem durante o processo educativo, contribuindo para a formação de suas identidades. Como aponta Lage (2013, p.42), “A educação conjugada com processo de luta coletiva é sem dúvida um processo formativo onde as pessoas vão se descobrindo seres humanos, vão se construindo sujeitos de direitos, a partir da luta pela sua própria cidadania”. Levando os sujeitos a tomarem consciência de onde está quem é, com uma formação que visa não só a transmissão de conteúdos, mas uma educação reflexiva que mobilize os estudantes a buscarem mudança e transformação social, uma formação política, formação indispensável para pensar sobre o outro e o mundo. Para que se possa quebrar as barreiras impostas ao povo campesino e ajudar na luta pela garantia e permanência dos seus direitos.

2.3 Relações de poder entre a gestão municipal e os movimentos sociais:

quando a hegemonia do poder se disfarça de povo em meio a população

A educação campesina tem grandes laços com os movimentos sociais. Os movimentos sociais campesinos foram os protagonistas que ajudaram na constituição da Educação do Campo. Uma luta, uma esperança, um desejo de mudança tais fatores impulsionam as classes a se mobilizarem.

De fato, a luta por justiça social não cabe no seio da classe opressora ou dominante; é preciso partir do sonho concreto dos oprimidos, excluídos e subalternizados para os direitos de cidadania e a partir da consciência destes, a capacidade de mudança seja uma realidade. (LAGE, 2013, p. 25)

Os movimentos partem do povo contra a opressão da classe dominante, através do coletivo os sujeitos buscam seus sonhos e seus direitos com vistas a uma realidade digna que os aceitem em sua plenitude. É pensar no melhor e lutar por ele, segundo LAGE os movimentos sociais se organizam, lutam e atuam coletivamente nesse universo, ao “pensar algo radicalmente melhor implica, pois, numa rebeldia do próprio pensar, capaz de romper com as crenças imobilizadoras que geram um saber-fazer submisso, um sentimento de incapacidade e uma descrença na luta política.” (LAGE, 2013, p. 26)

Dessa maneira, os Movimentos Sociais se contrapõem as imposições da sociedade e buscam o melhor para o seu coletivo na contemporaneidade. Assim, fizeram os Movimentos Sociais campesinos ao se rebelarem contra as crenças e submissão impostas pela sociedade em que vivemos e atuarem juntamente com a educação.

A educação é um palco de disputa de poder. A elite e o mercado financeiro buscam impor nas redes educacionais suas ideias para manipular o povo de acordo com suas vontades e necessidades.

A um povo ignorante se pode enganar com a superstição e torná-lo servil. Um povo instruído será sempre forte e livre. Um homem ignorante está em caminho de ser um animal escravizado, e um homem instruído na ciência e na consciência, já está em caminho de ser Deus. Não há que duvidar entre um povo de Deuses e um povo de animais escravizados. O melhor modo de defender nossos direitos é conhecê-los bem; assim se tem fé e força: toda nação será infeliz enquanto não eduque os seus filhos. Um povo de homens educados será sempre um povo de homens livres. – A educação é o único meio de salvar-se da escravidão. Tão repugnante é um povo que é escravo de homens de outro povo, como escravo de homens de si mesmo (MARTÍ, 1975)

Como explicitado, a educação pode ser um instrumento de escravização usada para

perpetuar a hegemonia de poder vigente, não trazendo liberdade e espaços para que os sujeitos de classes economicamente desfavorecidas permaneçam na mesma situação em que se encontram, sem conhecimento suficiente sobre si para que possa se emancipar. Mas também pode ser algo libertador, e isso assusta a classe dominante, por isso que buscam estratégias para que os sujeitos não tenham acesso a uma educação emancipatória capaz de os mover a agir politicamente.

As gestões municipais tentam impor a mesma educação urbana no campo, com a mesma ótica capitalista de resultados, sem se importar com a realidade dos sujeitos e suas particularidades.

E dessa forma, na cidade e zona rural, ensinar os camponeses e a população pobre a assinar o nome, constituiu-se num elemento de difusão do ensino, polarizador da vida social e política dos municípios, centros de decisões, e óbvio contribuiu para a formação do estereótipo popular do coronel na medida em que eles patrocinaram nos municípios essa “alfabetização para a cidadania”. (BARROS, DUARTE, BAZANTE, 2020, P. 61)

Como apontando pelas autoras, a educação que os municípios trazem para os camponeses segue a partir daquilo que é vivenciado nas escolas urbanas. Segundo (ALENCAR, 2011), existe uma grande estranheza que se dá no encontro de dois ou mais grupos diferentes, que possibilita o grupo do “eu”, o urbano, e o grupo do “outro”, o rural, serem opostos; onde o primeiro é a principal referência: local onde existe o saber, a cultura, o trabalho e o progresso; e o segundo, local do excêntrico, anormal, exuberante, onde se situa o atraso.

BARROS (2002) demonstram que as escolas e os docentes que atuam no Nordeste como contratos temporários se tornam reféns do poder público municipal, perdendo sua autonomia e resistência. Ao aliar-se a líderes políticos se tornam submissos aos seus desejos, passando por repercussões práticas educativas que se opõem a valorização dos sujeitos.

O distanciamento das redes públicas municipais na constituição da política de educação do campo, articulada aos entes federados mantém as escolas do campo distanciadas da concepção camponesa, ganhando materialidade a educação urbanocêntrica e sua hegemonia – cenário este em que os sujeitos do campo são tratados à margem social, sem o reconhecimento de seu repertório cultural. (FRANCO, COSTA, 2020, p.6)

A desvalorização dos saberes e o não reconhecimento da cultura camponesa é uma forma de enfraquecer esses sujeitos e inviabilizar suas lutas. Mantendo-os reféns da

hegemonia política da classe dominante.

Os movimentos sociais juntamente com a Educação do Campo buscam não refletir sobre a situação rural e com essa reflexão e a interação com as culturas dessas realidades que se complementam, para que possam buscar caminhos para emancipar os sujeitos camponeses.

3. Desenho metodológico: a construção do caminho para o desenvolvimento da pesquisa

Tomamos como objeto de estudo a “Educação do Campo enquanto emancipação, luta política e constituição identitária”, desenvolvemos a pesquisa a partir da abordagem qualitativa, enquanto mais indicada para pesquisas educacionais, quanto o interesse maior está em compreender os fenômenos e as relações humanas, diferentemente da pesquisa quantitativa que se concentra em buscar resultados numéricos e estatísticos. De acordo com ZANELLA (2013, p.99) o método qualitativo “preocupa-se em conhecer a realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem necessariamente medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados”. Assim, este processo se dá a partir dos relatos dos participantes que possuem envolvimento com o objeto, para que se possa conhecer e refletir a realidade.

As pesquisas de tipo qualitativas procuram aproximar o pesquisador da realidade pesquisada, que é exatamente o que procuramos compreender, de que maneira os Movimentos Sociais contribuem para que a Educação no/do Campo seja um instrumento emancipatório e de luta política na formação dos sujeitos. O pesquisador que utiliza o método qualitativo se atenta ao fato de que “Seu propósito fundamental é a compreensão, explanação e especificação do fenômeno. O pesquisador precisa tentar compreender o significado que os outros dão às suas próprias situações” (SANTOS FILHO. 2007, p.43). Analisando as situações e os fenômenos sociais, o pesquisador consegue entender e explicar a realidade para que possa contribuir para uma melhora na vida social.

A abordagem qualitativa nos permite utilizar alguns instrumentos de produção de dados como a análise documental e a entrevista. Para responder ao objetivo de **analisar nos marcos regulatórios da Educação do Campo, os instrumentos de formação dos seus sujeitos**, utilizamos para análise documental, instrumentos pouco explorados, mas segundo LUDKE (1986, p.38) “pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja

desvelando aspectos novos de um tema ou problema.” Os marcos regulatórios analisados são a resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, a resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo e o decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010. A intenção é analisar os instrumentos de formação dos sujeitos do campo e quais são os indicativos que esses apresentam a serem utilizados no processo formativo que constitui a identidade do povo campestre no território.

Para responder ao segundo objetivo específico, de **identificar as contribuições dos movimentos sociais campestres na formação emancipatória, a luta política e cultural dos sujeitos**, utilizamos como instrumento de produção de dados de natureza qualitativa, a entrevista.

Para tanto optamos pela entrevista semiestruturada, na qual o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal que será proposto pelo pesquisador, em que é permitido respostas livres e espontâneas. A entrevista semiestruturada tem como característica “combinar perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada” (MINAYO, 2019, p.64). Com essa liberdade de discussão, assuntos relevantes podem emergir e ajudar a produzir conhecimento.

A pesquisa tem como cenário o município de Brejo da Madre de Deus. Desde 2012, este município é considerado pela lei [Nº 14.612] a capital agroecológica² do estado. Suas características geográficas, seu clima favorável e grande extensão rural aliadas ao Sindicato dos Trabalhadores rurais do município, que é atuante, possibilitou uma série de iniciativas na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável na região.

Para a entrevista os participantes da pesquisa foram o presidente (S) e o vice-presidente do **STTR- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais do município** (V), que tem desenvolvido trabalhos e auxiliado na luta pelos direitos dos sujeitos do povo campestre.

Tomamos também como participantes da entrevista dois professores (P1 e P2) que

² A agroecologia consiste em uma proposta de agricultura, auto-sustentável, ou seja, Socialmente, economicamente viável e ecologicamente correta.

compõem o **Sindicato dos Professores no município** e atuam nas escolas e comunidades do Campo. Os critérios para eleger os participantes se deram a partir da interação dos mesmos frente aos movimentos sociais e seu contato com a educação e o povo campestre. Foram escolhidos **representantes desses dois movimentos sociais** devido a sua forte luta e representatividade dos sujeitos do campo, por serem movimentos próximos, que fizeram parte da nossa trajetória acadêmica e dos nossos conhecimentos em torno da educação do campo. Os participantes discorreram as contribuições dos movimentos sociais para a formação e construção identitária dos sujeitos do campo e a forma como esses sindicatos articulados as gestões municipais apoiam a educação campestre para que seja um instrumento emancipatório.

Para tratar os dados, utilizamos a análise de conteúdo. A análise de conteúdo se caracteriza como

uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (MORAES, 1999, p. 12)

Os dados produzidos na análise documental e na entrevista foram interpretados à luz das referências teóricas para atender aos objetivos do presente trabalho. Para desenvolver o processo de análise de conteúdo utilizaremos cinco etapas propostas por Moraes (1999): Preparação das informações; Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; Categorização ou classificação das unidades em categorias; Descrição e Interpretação.

Moraes (1999) descreve que quando em posse das informações a serem analisadas é necessário iniciar a etapa da **preparação**, fazendo uma leitura minuciosa das informações e decidindo quais estão de acordo com o objeto da pesquisa, procedendo com a **unitarização**. Após a leitura e seleção essas informações são **codificadas**, facilitando o acesso as amostras de dados pelo pesquisador. Na **Unitarização**, o material é lido para ser definida a unidade de análise. Posteriormente, entra a terceira etapa denominada categorização, que é o [...] procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles, encaminhando para a **categorização** através da semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo.” (MORAES, 1999, p. 6). Para finalizar, entramos na etapa da **descrição**, onde é produzido

um texto síntese que expresse os significados contidos nas unidades de análise, que levará a etapa final, a **interpretação**, busca analisar não só aquilo que está sendo posto, mas os saberes implícitos atribuindo a eles significados.

Retomando o caminho da análise, podemos dizer que na primeira etapa, a **preparação com as informações** colhidas com a análise documental e as entrevistas foi realizada uma leitura de todos os materiais para ver se eles estavam efetivamente de acordo com os objetivos estabelecidos. Em seguida, o material foi codificado.

Na segunda, os dados foram **unitarizados**, o material foi dividido em **unidades de análise organizadas** a partir dos seus significados para a pesquisa. Posteriormente, esses dados foram **categorizados** com aquilo que tiverem em comum. Em seguida postos em quadros dando continuidade ao processo de **descrição**. E por fim, se deu a última etapa, a **interpretação** em que os dados foram analisados e interpretados para responder aos objetivos da pesquisa, apresentados a seguir e organizados a partir das categorias de análise.

4. ANÁLISE, DISCUSSÃO DOS DADOS E RESULTADOS

Considerando os estudos realizados com base no objeto “Educação do campo enquanto emancipação, luta política e constituição identitária” e suas relações entre os Movimentos Sociais e a gestão municipal. Tomamos por objetivo geral “Compreender de que maneira os Movimentos Sociais contribuem para que a Educação no Campo seja um instrumento emancipatório de luta política e de constituição identitária dos sujeitos camponeses, desdobrados nos objetivos específicos de **analisar nos marcos regulatórios os instrumentos de formação dos sujeitos do campo; e identificar contribuições dos movimentos sociais na formação emancipatória, na luta política e constituição identitária dos seus sujeitos**. Estes, articulados aos dados produzidos, fizeram pela análise de conteúdo germinar as categorias de análise a seguir.

4.1 Marcos regulatórios e os instrumentos de formação dos sujeitos camponeses: identidades e valores camponeses

Os dados referentes ao primeiro objetivo específico “analisar nos marcos regulatórios os instrumentos de formação dos sujeitos do campo” emergiram na presente categoria analítica, em que se fez necessário tratarmos o que concebemos por marcos regulatórios, instrumentos formativos, identidades e valores camponeses.

As lutas dos povos do campo, promotoras de tensões entre o Estado e os

Movimentos Sociais, a partir das demandas de seus povos, gerou, enquanto conquista da população camponesa, seus marcos regulatórios. Na acepção de SILVA (2013) “**Os marcos regulatórios** são referenciais para tornar possível o cumprimento do direito” (p.80 – grifo nosso). Esses documentos são avanços alcançados através da organização popular e suas lutas. Tomamos como **instrumentos formativos** a perspectiva de TONET (2006), que concebe-os como caminhos capazes “de permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para se tornarem membros do gênero humano” (p.16). Como humano, TONET (2006) toma toda a racionalidade, reflexão e ação pertencentes ao ser, “indivíduos capazes de pensar com lógica, deter autonomia moral; indivíduos que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do nosso planeta. Portanto, pessoas criativas, participativas e críticas.” (p.15).

Também destacamos que “a ‘virtude’ formativa não está no instrumento, mas sim, se assim se pode dizer, no uso que dele fazemos, na utilização das informações produzidas graças a ele” (HADJI, 1993, p. 165). Os instrumentos formativos são relevantes, porém, o mais importante é o uso que é feito com eles, de nada eles servem se não para formar pessoas autônomas e reflexivas.

Tomamos a **identidade** como algo que se constrói no decorrer da vida “identidade nunca é dada, é sempre construída e a (re) construir, em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos durável” (DUBAR, 1997, p. 104). Enxergamos que esse processo de construção se dá nas relações com o outro e onde vivemos. Nessa direção, tomamos a compreensão de Freire(2002) ao afirmar que “[...] é a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor” (p.51). Dessa maneira, a identidade é um processo que ocorre durante a nossa existência, moldando - se nas interações sociais acompanhado da identificação e pertencimento a um território e cultura.

Os **valores camponeses** são tomados a partir de SILVA e FERRARI (2018) enquanto “tipo de relações, sociabilidades, da tradição e costumes estabelecidos nos territórios em que se inserem tanto uma forma de trabalho específica, quanto um ordenamento social ancorado em regras de parentesco, de herança e de formas de vida local” (p. 218). Os valores camponeses são o conjunto de crença, cultura e historicidade

pertencentes a um povo, é sua forma de pensar e agir na sociedade. São eles que conduzem o sujeito para um sentimento de pertencimento e identificação que resulta em uma constituição identitária.

No que se refere aos marcos regulatórios para com os instrumentos formativos da Educação do Campo. Temos que estes descrevem como se deveria tratar a Educação do Campo e o que levar em consideração para a formação do sujeito camponês. A resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002, aponta que

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

De acordo com a resolução compreende-se que no processo de formação dos sujeitos camponeses o norte é a realidade e a vinculação com os próprios saberes da comunidade. Sendo assim, uma educação no campo e voltada para o campo. Nessa direção a escola ocupa o espaço de referência, pois requer uma visão e um trabalho sensível para o reconhecimento dos sujeitos que a frequentam, visto que:

Uma escola do campo não é afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito (CALDART, 2003, p. 66)

Como explicitado acima por CALDART (2003), uma escola que trabalha com a Educação do Campo implica trazer para dentro de suas práticas o sujeito e sua realidade. Desenvolvendo uma educação para além da escola, que auxilie os sujeitos camponeses na tarefa grandiosa de lutar contra a hegemonia que os silencia. Assim, pensando e fazendo uma educação a partir do campo e quem tenha como resultado a transformação do mesmo e seus envolvidos.

Para pensar e trabalhar nas escolas camponesas é necessário levar em conta a identidade dos sujeitos para que ocorra uma aprendizagem significativa para seus envolvidos. O documento CNE/CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002 também discorre a respeito dos movimentos sociais.

O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo

mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade. (BRASIL,2002)

Levando em consideração que a educação do campo, tomou forma a partir dos movimentos sociais, fazer essa abordagem é imprescindível para a permanência de suas lutas e seu desenvolvimento enquanto transformação social e resistência. Tal como FREIRE (1980) aponta que não existe tal coisa como um processo de educação neutra, “Educar é um ato político” (p.6). Educação ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do atual sistema e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a ‘prática da liberdade’, o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo.

A resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008 também traz aspectos importantes para a formação campesina,

Art. 7º A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infraestruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. (BRASIL,2008)

Como destacado na resolução nota -se muitos instrumentos para a formação do sujeito, cabe-nos salientar que tais instrumentos não podem se desvincular da realidade e das necessidades dos sujeitos atendidos, como também é ressaltado pelo Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010:

Art. -6º Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas. (BRASIL,2010)

Como posto pelo decreto Nº 7.352, os recursos didáticos que serão utilizados no processo de ensino e aprendizagem na educação campesina precisam estar relacionados com a demanda do território, sendo capaz de reconhecer e trabalhar com os valores existentes na localidade para que o ensino, não se limite a transmissão de conteúdos, mas seja agente de uma formação plena.

Todos os documentos analisados ressaltam que trabalhar a realidade e a cultura dos sujeitos é o caminho para que ocorra uma aprendizagem eficaz e uma formação libertadora. Afinal, o sujeito não pode mudar sua realidade, se não a conhece e não se vê pertencente a ela. Mas, destacamos que para além dos documentos e orientações oficiais, é necessário que esses valores sejam postos em prática.

Portanto enaltecer e articular os valores camponeses no processo educativo como descrito pela resolução e os decretos aqui estudados, contribuem para que os instrumentos de formação sejam capazes de construir a identidade do sujeito camponês, refletindo seus sonhos, sua história, cultura e desafios, despertando-o para sua luta e a transformação de seu contexto social. Assim, entendemos a necessidade de discorrer sobre luta política e Movimento Social, compreendendo a função destes para a mudança social.

4.2 Movimentos sociais, lutas políticas e constituição identitária dos sujeitos: que contribuições apresentam os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Brejo da Madre de Deus (STR - BREJO) e dos Professores de Brejo da Madre de Deus – SINDBREJO?

Referente ao segundo objetivo específico “identificar contribuições dos movimentos sociais na formação emancipatória, na luta política e constituição identitária dos seus sujeitos”, iniciaremos retomando o que compreendemos por Movimentos Sociais, Luta política e identidade.

No que se refere aos **Movimentos Sociais** os tomamos na concepção de GONH (2008, p. 44) ao assumi-los como:

[...] frutos de uma vontade coletiva. Os movimentos sociais falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social, de independência, ou como apelo à modernidade em nome de novas ‘forças sociais’, criticando um mundo de tradições, preconceitos e privilégios.

Deste modo, os movimentos sociais partem da ideia do coletivo, de interesses em comum que tem suas forças erguidas frente a problemas e situações de conflitos, que os fazem ansiosos e lutarem por transformações na realidade em que vivem.

Na busca por transformações em que os sujeitos criticam as condições impostas que os colocam como seres subalternos e oprimidos vai se constituindo a luta política. Em que os sujeitos:

os integrantes dos movimentos sociais vão se forjando como sujeitos políticos no exercício da militância e dos processos de formação.

Constroem em simultâneo uma nova territorialidade, onde o espaço traduz-se numa nova possibilidade de dimensão espacial, política, e cultural diferentes daquelas instituídas pelos poderes hegemônicos. Esta nova territorialidade, contra - hegemônica, rompe com a resignada condição de subalterno, emergindo em um novo lugar, tecido no âmago da luta. (LAGE, 2013, p.36)

Conforme trazido pela autora a luta política se constitui como enfrentamento à realidade opressora vigente, almejando novos horizontes e perspectivas que contrapõem ao que é imposto. Dessa maneira, tornando-se seres políticos durante a nossa própria atuação de busca por uma sociedade que valorize os nossos saberes e nos reconheça como sujeitos de direitos.

A luta política requer sujeitos políticos que se forjaram para lutar contra os discursos e as imposições que os deixam à margem e oprimidos. Não é só querer, sonhar e ter pensamentos de esperanças é agir para que os anseios sejam alcançados, como aponta FREIRE (2000):

Sonhar com este mundo, porém não basta, para que ele se concretize. Precisamos de lutar incessantemente para construí-lo. Seria horrível se tivéssemos a sensibilidade da dor, da fome, da injustiça, da ameaça, sem nenhuma possibilidade de captar a ou as razões da negatividade. Seria horrível se apenas sentíssemos a opressão, mas não pudéssemos imaginar um mundo diferente, sonhar com ele como projeto e nos entregar à luta por sua construção. (p.60)

Em concordância com o pensamento Freireano, enxergamos que lutar politicamente não é inércia é sobretudo um ato, um ato de reconhecimento, indignação, insubmissão é agir contra as desigualdades historicamente demarcadas. Quando você apenas deseja um novo e um melhor e não faz nada para que isso ocorra não existe luta política, há apenas acomodação e concordância com a opressão.

Ressalta-se também o que compreendemos por identidade a partir de LAGE (2013).

A identidade é também um sentimento de pertença que assenta em experiências e em crenças partilhadas e nos constrói como sujeitos sociais articulados, com discursos e práticas inteligíveis. De fato, a construção da identidade tem um forte componente relacional que vai sendo formada na medida em que o sujeito social vai construindo as suas experiências sociais, alinhadas com seus valores e com as narrativas políticas, sociais e culturais. (p.45)

De acordo com a contribuição de Lage (2013), compreendemos que a identidade se relaciona com pertencimento a um local, a uma cultura e vai se construindo na relação com o outro e com seus valores. Tendo consciência de si e do outro, o sujeito é capaz de identificar seu lugar de pertencimento e seu papel na sociedade.

Partindo desses conhecimentos esta pesquisa se dedicou a estudar as relações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo da Madre de Deus (STR- Brejo) e do Sindicato dos Professores de Brejo da Madre de Deus (SINDBREJO) e suas relações com a Educação do Campo.

O Movimento dos Professores se organiza na perspectiva de SOUZA (2017) como um “movimento sindical dos docentes, as corporações de ofício, os sindicatos em geral e outras organizações com caráter associativista têm em comum a defesa do interesse de seus associados, funcionando como redes de proteção nas situações conflituosas” (p. 37). Portanto, esse movimento sindical se mobiliza para defender a classe dos educadores e as discussões que os cercam.

Os movimentos sociais do campo são “organizações nacionais que articulam e centralizam a representação sindical de trabalhadores de diferentes profissões e setores da economia” (CORRÊA, 2021, p. 1). O sindicato exerce o papel de representar aqueles que trabalham e vivem no campo, tendo como principal objetivo apoiar a luta dos agricultores por seus direitos trabalhistas, bem como atender às suas reivindicações e seus interesses.

Ao entrarmos na discussão a respeito da relação entre a Educação do Campo e os movimentos sociais estudados, buscamos compreender a atuação do STR - Brejo frente a educação dos sujeitos camponeses pertencentes à escola. Dessa maneira, temos que:

O STR hoje infelizmente não desenvolve nenhum papel com a educação camponesa, mas já ajudou a formar turmas de EJA que tiveram bons resultados que os estudantes contribuem com as ações do sindicato. (EXTRATO DA ENTREVISTA COM O S).

De acordo com a fala do Presidente, o STR - Brejo anteriormente teve uma preocupação e uma ação para com a educação dos sujeitos do campo, mas atualmente suas ações estão mais voltadas para auxiliar o seu público alvo de outras maneiras. Sua relação com a educação através da EJA Campo também foi destacada na voz do vice-presidente, de acordo com o extrato: Como também a fala do vice-presidente,

Nós tínhamos o EJA Campo na época de 2006, 3 turmas formadas, não tínhamos onde acomodar as turmas, fomos atrás do município em buscas dos espaços que estavam ociosos e foi negado. Não desistimos e conseguimos algumas doações e espaço e de lá pra cá sempre teve turma. Chegamos a formar muitas turmas, inclusive temos pessoas hoje que concluíram seus estudos passaram no concurso do município e hoje são efetivos. (EXTRATO DA ENTREVISTA COM O S).

Como tratado no extrato acima, o STR- Brejo realizou uma ação para com os sujeitos pertencentes à escola através da EJA Campo. Nesse processo conseguiram formar sujeitos na área rural que por meio da educação vivenciada tiveram a possibilidade de assumir cargos públicos e atuar na realidade em que vivem.

Dessa maneira, podemos enxergar os movimentos sociais também como uma instituição educativa que propicia caminhos para a emancipação. Como aponta LAGE (2013),

A educação dentro dos movimentos sociais imprime como estratégias urgentes à educação e a experiência política da luta pela conquista de novos direitos, a descoberta de novas subjetividades e a perspectiva da apropriação do saber e a reelaboração dos conhecimentos à luz das lutas sociais. (p. 132)

Nesta perspectiva, uma educação no âmago dos Movimentos Sociais se volta para a luta política e a transformação social, restituindo a humanização perdida com a imposição de uma educação hegemônica, levando homens e mulheres a uma autonomia e reflexão.

Nota-se nas falas dos participantes que o sindicato atuou formando sujeitos do campo na EJA contribuindo para a valorização dos conhecimentos camponeses. Todavia, devido a demanda burocrática e a falta de diálogo, descritos na fala dos participantes, dificultou uma interação entre o sindicato e as escolas do campo. Como é descrito no extrato a seguir: “ A gestão municipal não nos procura para ajudar nas instituições, geralmente somos nós quem procuramos parceria. No entanto, a demanda do INSS impede que estejamos desenvolvendo atividades formativas na escola.” (EXTRATO DA ENTREVISTA COM O S). Podemos inferir de acordo com o extrato citado que o Sindicato dos Trabalhadores está resistindo, usando todos os instrumentos que possui para atender e garantir os direitos dos povos camponeses e suas especificidades. O sindicato mostra-se resiliente aos desafios acompanhados pelas mudanças sociais recentes. É uma luta árdua, em que o movimento social trava batalhas constantes em todas as direções, assim na atualidade o STR está focalizando suas ações em outras áreas, sem se direcionar efetivamente para a educação.

Essa distância apontada pelos representantes do STR - Brejo também fica evidenciada na fala de ambas as professoras participantes, como afirma a professora: “Não temos orientação por parte dos sindicatos citados que auxiliem ou abordem a formação

escolar das crianças, jovens e adultos que vivem no campo. “(PROFESSORA 1). Como correlato no extrato, o STR-Brejo e o SINDBREJO estão visando outras pautas emergentes e desenvolvendo outros trabalhos em conjunto com os seus associados. Não apontando o foco de suas ações para a Educação do Campo e suas demandas.

Sobre a formação dos professores para atuação na Educação do Campo, não há uma preocupação da gestão municipal mesmo que o município se constitua em grande parte por áreas rurais. Como fala a professora,

Atualmente, não temos formação específica para os professores que lecionam nas escolas do campo e que aborde temas relevantes ou práticas pedagógicas nas escolas do campo. Em 2018, na rede municipal foi criada a coordenação municipal de educação do campo. As escolas do campo no município tem prevalência, na época, cerca de 83% das escolas eram localizadas na área rural e se considerarmos o que diz as Diretrizes Nacionais para as escolas do campo, outras escolas localizadas ainda na área urbana seria considerada campesina por ter como público sua grande maioria dos alunos advindos do campo, por exemplo as escolas de 6 ao 9 ano já que em muitas comunidades campesinas não são ofertado essa etapa da educação básica. A coordenação das escolas do campo, composta por 2 mestras em educação e especialistas em educação do campo, realizavam encontros com professores a fim de discutir aspectos como políticas, práticas e ainda oficinas com atividades práticas e pedagógicas através de “sequências didáticas” ou “jornadas pedagógicas” possíveis de ser trabalhadas nas escolas do campo, multisseriado ou não é ainda possíveis de serem trabalhadas na educação infantil. A partir de 2019 essa coordenação foi extinta, praticamente com a BNCC e com os programas do governo do estado adotados pelo município ficou mais “universalizado” o ensino. A BNCC vem com as atuais reformas curriculares e infelizmente “tomam” as escolas do campo. Ao meu ver, foi como retroceder, no sentido da formação e das lutas históricas, mas entendo que os docentes são sujeitos dotados de escolhas éticas políticas e mesmo nesse cenário de tentativas de controle e centralização com a BNCC, conseguem se reinventar em sala de aula e fazer um excelente trabalho frente a defesa de uma educação do e no campo. (PROFESSORA 2)

A partir do extrato da Professora 2, podemos compreender que houve uma tentativa de se pensar e agir diferente no município em relação a Educação do Campo, mas infelizmente essa proposta foi perdendo força em meio a imposição e a demanda da BNCC que ao tentar unificar os saberes acabou controlando e subjuguando a liberdade da prática docente.

Em relação aos valores e saberes campesinos que devem ser levados em conta na educação é possível perceber nas falas citadas que o currículo utilizado não reconhece os valores e a cultura campesina, como vemos na fala da Professora 1:

Atualmente, o município tem se pautado no currículo do estado de

Pernambuco e nos objetivos de aprendizagem descritos nele. Não consigo enxergar muitos objetivos de aprendizagem em que explicita de forma clara a necessidade de abordar os saberes e valores camponeses. Mas acredito que assim como eu, tem muitos professores do município fazendo esse investimento teórico e político de considerar esses saberes e valores, cada um ao seu modo e dentro das possibilidades que são possíveis em cada contexto, em cada escola do campo. (PROFESSORA 1)

Assim, como explicita a Professora 1 podemos pontuar que a Educação do Campo no município de Brejo da Madre de Deus encontra dificuldades para se constituir efetivamente. Pois, em suas práticas pedagógicas e no currículo utilizado não é considerado os valores essenciais como a cultura, história e o território dos sujeitos. Partindo dos professores e professoras a iniciativa de buscar valorizar os conhecimentos e a territorialidade de seu alunato, atitude essa que muitas vezes encontra-se refém do currículo e da imposição de alguns documentos, inviabilizada também pela falta de formação voltada para a Educação do Campo, como foi exposto pelas professoras participantes.

É notável que o município com sua gestão não reconhece a diversidade e a importância dos saberes camponeses e continua propagando um currículo para “todos” sem pensar nas individualidades e nos valores de cada localidade. Contribuindo para que as relações hegemônicas de poder perpetuem no contexto escolar. Como debate SILVA (2014),

o conhecimento é pensado distante de suas realidades e que é construído por uma minoria de intelectuais que tem suas epistemes validadas na Colonialidade do Saber. Esta se firma em detrimento dos conhecimentos produzidos pelos sujeitos camponeses tidos como inferiores e subalternos, incapazes de produzir conhecimento, e no máximo com esforço conseguem consumir o conhecimento urbanocêntrico. A defesa dos Movimentos Populares Camponeses, em virtude de uma educação específica e diferenciada para estes povos, estava atrelada a um projeto de sociedade que compreendesse a construção do conhecimento como processo de desenvolvimento realizado por meio do território material e imaterial do campo, tendo em vista as necessidades das identidades dos povos camponeses. Na constituição desse movimento de resistência ao modelo homogêneo de educação ofertada, o campo não é visto como apêndice da cidade. (p. 23)

Percebe-se que muitos são os desafios para que ocorra uma educação camponesa de qualidade para que esses sujeitos possam se construir e se emancipar, pois pouco se busca isso por parte dos currículos e das instâncias educacionais. Voltando para as professoras tentarem abordar isso em suas práticas. Nos faz refletir o quão rico se essas professoras tivessem o apoio e o interesse da gestão para com os sujeitos do campo e suas lutas.

Como exposto pelo autor, os saberes que são priorizados na educação não são os saberes do campo, pois esses conhecimentos são considerados irrelevantes comparado aquilo que é vivenciado pelas escolas urbanas, assim o conteúdo e o que será vivenciado nas aulas vem de base urbanocêntrica.

De acordo com os extratos e a discussão teórica compreende-se que muitos são os desafios para que uma Educação do Campo se efetive ao ponto de seus sujeitos vivenciam em suas escolas a cultura, a história, os saberes e seu território construindo suas identidades, compreendendo sua lutas e sendo reflexivos para que possam alcançar a emancipação e transformar a sua realidade, quebrando as algemas que a sociedade impõe de um povo tido como inferior e subalterno. Ressignificando suas próprias concepções de si e mostrando para a sociedade que o campo é um espaço de riquezas e valores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo tem como objeto de estudo “a educação do campo enquanto um instrumento de emancipação, luta política e constituição identitária”. e se propôs a compreender de que maneira os movimentos sociais contribuem para que a Educação no Campo seja um instrumento emancipatório de luta política e de constituição identitária dos sujeitos camponeses.

Nessa perspectiva, questionamos: De que maneira os Movimentos Sociais contribuem para que a Educação no Campo seja um instrumento emancipatório, luta política e de constituição identitária dos sujeitos do campo? Os dados revelaram que apesar dos marcos regulatórios, temos um abismo entre os Movimentos Sociais e a Educação Camponesa. O que é afirmado nos depoimentos dos participantes que retratam a falta de diálogo entre os Movimentos e o que ocorre com os sujeitos do campo pertencentes a escola, não se materializando a educação pautada na valorização dos saberes camponeses e do território a qual pertencem.

A relação entre Movimentos Sociais e a Educação do Campo no contexto estudado da Educação formal é enfraquecida. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais a alguns anos atrás se mobilizou para formar pessoas do campo nas instituições escolares através da EJA – Campo, mas devido à falta de apoio da gestão municipal e outras demandas existentes suas relações com a Educação do Campo não se consolidaram.

Quanto ao objetivo específico de “analisar nos marcos regulatórios os instrumentos

de formação dos sujeitos campo”, concebemos que também foi alcançado, pois temos que nos marcos regulatórios os instrumentos de formação dos sujeitos campestinos se norteiam através da realidade e saberes vivenciados pelos estudantes na comunidade a que pertencem. É destacado também que em todo processo de ensino e aprendizagem seja levado em consideração a identidade cultural dos indivíduos envolvidos. Nesta perspectiva os instrumentos da formação encontrados no marco regulatório são desde o apoio pedagógico aos estudantes, uma infraestrutura adequada, a recursos didáticos e conteúdos que dialoguem com as singularidades e cultura campestina.

Em relação ao segundo objetivo específico “ identificar contribuições dos Movimentos Sociais na formação emancipatória, na luta política e constituição identitária dos seus sujeitos”, os participantes explicitam que atualmente os Movimentos Sociais não contribuem para que a Educação do Campo possa quebrar o paradigma urbanocêntrico. Não há luta ou questionamentos por parte dos Movimentos Sociais acerca do que é trabalhado nas escolas campestinas, há um sentimento de acomodação para com os tentáculos impostos pela hegemonia de poder, que busca cada vez mais impossibilitar a emancipação e luta da população campestina. Os Movimentos Sociais estão com os olhos e ações voltados para outras pautas sociais e esquecendo da formação daqueles que vivem no campo e que podem lutar por ele.

Para tanto retomamos o pressuposto da nossa pesquisa, explicitado inicialmente na condição de que “[...] mesmo os movimentos sociais apresentando uma grande relevância para a educação campestina, poucas são suas ações e contribuições para com os sujeitos pertencentes a escola do campo. Muito dessa falta de ação ocorre devido a desvalorização dos saberes e campestinos e a imposição de uma educação urbana pela gestão municipal, explicitando a desvalorização e as relações de poder entre os saberes campestinos e os conhecimentos urbanos.” Portanto, podemos explicitar a partir dos dados tratados que o pressuposto foi confirmado, pois como foi evidenciado os movimentos sociais de Brejo da Madre de Deus não exercem atuação significativas frente a educação campestina.

Diante do exposto, concluímos nossa pesquisa enxergando o abismo existente entre o que deveria ser a educação do campo e o que ela é nas nossas escolas. A educação é uma forma de resistência para com as relações de poder que tentam colocar no esquecimento o povo campestino, sendo esta, um instrumento que os enxerga e os valoriza buscando em suas práticas a construção de identidades para que os sujeitos conheçam sua história, e quem ele é para poder emancipar-se e transformar a realidade opressora em que vive.

Nesta perspectiva, destacamos a necessidade de continuarmos pesquisando, produzindo conhecimento na área para que uma Educação do Campo emancipatória se consolide em nossa sociedade. Finalizo deixando algumas questões que o trabalho apresentou no decorrer do percurso: como a formação dos professores voltada a Educação do Campo pode contribuir para uma educação do campo emancipatória? Como o professor pode valorizar os saberes camponeses em suas práticas escolares? De que maneira os movimentos sociais podem se aproximar novamente a educação do campo?

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos; FIGUEIREDO, Allan Diego Rodrigues. **PAULO FREIRE E A PEDAGOGIA DO MST: CAMINHOS PARA (RE)PENSAR A FORMAÇÃO HUMANA**. Revista Debates insubmissos, 2019.

ALENCAR, M. F. dos S. **Princípios Pedagógicos da Educação do Campo e o Currículo da Educação de Jovens e Adultos do campo: discurso e prática**. Tese (Doutorado). Universidad Del Mar (Udelmar): Chile, 2011.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BARROS, Ana Maria de; DUARTE, Ana Maria Tavares; SILVA, Risonete Rodrigues da Silva; BAZANTE, Tânia Maria Goretti Donato. **EDUCAÇÃO, POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS** Diálogos Emancipatórios, Olyver, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Grupo permanente de Trabalho de Educação do campo. Referências para uma política nacional de educação do campo - GPETC: Caderno de subsídios**. RAMOS, M. N. M. S. TELMA, M. C. A. dos. (Coord.). Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2004

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: **Por uma educação do campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTELL, M. O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. V. 2. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.y,

CORRÊA, Éllen Gallerani. O SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS COMO OBJETO DE DISPUTA E COMO AGENTE DE CONSTRUÇÃO DE CENTRAIS SINDICAIS NO BRASIL (2003-2017). **Caderno CRH**, v. 34, 2021.

Dubar, C. (1997). **Para uma teoria sociológica da identidade**. Em socialização. Porto: Porto Editora.

FRANCO, Maria Joselma do Nascimento; COSTA, Amanda Vieira. Formação continuada

de professores articulada aos princípios da educação do campo: com a palavra as formadoras de professores. **Revista Cocar**, v. 14, n. 30, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo: reflexões a partir da tríade produção – Cidadania – Pesquisa. In: organizadora, Clarice Aparecida dos Santos. **Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas** - Educação. Brasília - DF: INCRA; MDA, 2008

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro. 34ª Edição.2002.

_____. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Concientização**. São Paulo : Moraes,1979.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um Sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. 2. ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & realidade**, v. 22, n. 2, 1997.

LAGE, Allene. Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta. **Recife:ed. Universitária da UFPE**, 2013.

LUDKE, M., & ANDRÉ, M. E. D. A. (1986). **Pesquisa em educacao: Abordagens qualitativas**. Sao Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda.

MARTI, J. **La edad de oro** 2 ed. La Habana: Pueblo y Educación, 1975.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Técnicas que fazem o uso da palavra, do olhar e da empatia: Pesquisa qualitativa em ação. In: **Técnicas que fazem o uso da palavra, do olhar e da empatia: Pesquisa Qualitativa em Ação**. 2019. p. 63-63.

MOLINA, Mônica Castagna. **Cultivando princípios, conceitos e práticas. Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 15, n. 88, p. 30-36, jul./ago. 2009.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo. Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7- 32, 1999.

SANTOS FILHO, José Camilo dos, GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa educacional: quantidade- qualidade**. 6 edição. São Paulo: Cortez. 2007

SILVA, Ana Claudia Pessôa da. **O camponês e a construção da educação do campo: uma análise crítica do Pro Jovem Campo-saberes da terra**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Janssen Felipe da, et al. **Síntese do texto: Paradigmas da Educação do Campo, um olhar a partir dos Estudos pós-coloniais Latino-Americanos**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.09-38, jul./dez.2014.

SILVA, Marcio Gomes da; FERRARI, Eugênio Alvarenga. CULTURA CAMPONESA, EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA. Trabalho Necessário: V.16, Nº 31, 2018.

SILVA, Maria Iveni De Lima et al. O território campesino nos marcos normativos: elementos de uma educação diferenciada. Anais II CONEDU. Campina Grande: Realize

Editora, 2015. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/16553>>. Acesso em: 12/10/2022 19:36

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, José Clécio Silva e. **Educação e História da Educação no Brasil**. Bahia: Educação Pública, 2018.

SOUZA, Murilo Andrade. **A percepção da liberdade sindical pelos professores da Rede Pública de Salvador**. 2017.

TONET, Helena Correa; PAZ, Maria das Graças Torres da. Um modelo para o compartilhamento de conhecimento no trabalho. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, p. 75-94, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Pioneira, 2000.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE PEDAGOGIA

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO ENQUANTO INSTRUMENTO DE
EMANCIPAÇÃO, LUTA POLÍTICA E CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA**

REGINA CELÍ DA SILVA SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia do Campus

Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo científico, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em: 03/11/2022

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª Dr^ª Maria Joselma do Nascimento Franco
(Orientadora)

Prof^ª Mestre Maria Edjane Pereira da Silva
(Examinadora)

Prof. Especialista Antônio Severino da Silva
(Examinador)